

# Brasil

## Quebramos!

**Cristiano Romero**



Não são apenas os Estados que estão quebrados e, por essa razão, alguns já atacam o pagamento dos salários dos funcionários. A União também quebrou, embora ainda não deixe de honrar os vencimentos dos servidores federais. A diferença é que a União, ao contrário dos governos estaduais, pode emitir títulos, a diferença é que a União, ao contrário dos governos estaduais, pode emitir títulos, a diferença é que a União, ao contrário dos governos estaduais, pode emitir títulos...

A tragédia fiscal brasileira é resultado de décadas de expansão do gasto público, justificada, em grande medida, pela necessidade de se cumprir o pacto social inscrito na Constituição de 1988. Nos últimos 25 anos, período que compreende as gestões dos governos democraticamente eleitos pós-ditadura militar, a despesa cresceu, em média, 6% ao ano em termos reais, isto é, acima da variação da inflação. Mas foi entre 2008 e 2015, na fase de predomínio de Dilma Rousseff no rumo das gestões petistas, primeiro como ministra-chefe da Casa Civil, depois como presidente (a partir de 2011), que a coisa desandou de vez.

Naqueles oito anos, a receita total do governo federal cresceu 14,5% em termos reais, enquanto a despesa avançou 51%. Para acomodar essa diferença, a dívida bruta do setor público saltou de R\$ 1,7 trilhão em 2008 para R\$ 3,9 trilhões em 2015. Nesse período, a despesa primária (que não inclui o gasto com juros da dívida) aumentou o equivalente a quase três pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) — para 19,5% do PIB em 2015; em 1991, estava em 10,8% do PIB.

### União só não atrasa salários porque toma dívida no mercado

Em 2008, o Brasil vivia seu melhor momento em décadas. Ganhou o grau de investimento (o selo de bom pagador) das agências de classificação de risco, um marco na superação da crise da dívida que castigava a economia desde 1982; o PIB se expandia a um ritmo superior a 5%; a inflação estava razoavelmente sob controle. O advento da crise financeira mundial em meados de setembro daquele ano, quando o banco americano Lehman Brothers quebrou, fez com que os economistas heterodoxos do governo, liderados por Dilma, ganhassem um argumento para começar a mudar a política econômica com a qual nunca conviveram bem: com a parada súbita da atividade no último trimestre de 2008, era preciso aumentar a demanda do setor público para estimular a economia, ou seja, abrir o cofre do Tesouro e gastar. Tecnicamente, a ideia era aproveitar a margem de manobra que havia na área fiscal para pôr em prática uma política anticíclica.

Assim foi feito em 2009, quando o Brasil passou por uma rápida recessão. Ocorre que os fundamentos na ocasião eram tão robustos que o expansionismo fiscal poderia ter sido limitado àquele ano, mas não obceado com a ideia de eleger sua sucessora, que nunca tinha disputado uma eleição na vida, o então presidente Lula mandou a turma continuar elevando os gastos — é isso o que explica o crescimento de 7,5% do PIB em 2010, muito acima do potencial do país.

Um dado assombra: de 2007 a 2015, o crescimento real da despesa primária do governo central (56%) foi o triplo da

elevação do PIB (18%). É o que faz alguns economistas afirmarem que o Estado brasileiro não cabe dentro do PIB do país. Em resumo, a ruína provocada pelos governos Lula e Dilma tem três explicações: o governo aumentou os gastos não obrigatórios de forma irresponsável e, mesmo alertado, não tomou nenhuma medida para enfrentar o crescente déficit da previdência social, antes, pelo contrário, adotou política de correção do salário mínimo que agravou sobremaneira o problema.

Os brasileiros enfrentam agora as consequências perversas dos múltiplos erros cometidos pelos últimos dois governos: inflação persistentemente alta, com a volta a dois dígitos no ano passado (10,6%); recessão mais longa da história (em março de 2017, fará o terceiro aniversário; 12 milhões de pessoas desempregadas e cerca de oito milhões subempregadas; taxas de juros reais e nominais elevadas.

O setor público brasileiro nunca conseguiu zerar o déficit orçamentário, o que significa dizer que o Estado foi sempre obrigado a ir ao mercado tomar dinheiro emprestado para cobrir as contas. O déficit vinha se situando, porém, entre 2% e 3% do PIB, um nível aceitável. Se existe déficit, a tendência natural da dívida é crescer porque o Tesouro vai ao mercado tomar dinheiro emprestado. Foi justamente para impedir que a dívida continuasse aumentando de forma exponencial que o governo FHC começou a gerar superávits primários nas contas.

Os recursos do superávit são usados para pagar juros. Com isso, a dívida se estabiliza. Quanto maior a dívida, maior é a despesa com juros. Entre 2008 e 2015, a dívida cresceu R\$ 2,2 trilhões. Logo, o gasto com juros também explodiu — em 2015, o governo torrou o equivalente a 8,46% do PIB com juros; neste ano, até outubro, 6,45% do PIB.

No ano passado, o déficit nominal do setor público consolidado (União, Estados e municípios) foi de 10,34% do PIB. Em tese, portanto, o governo não tem dinheiro para pagar o funcionalismo e outras despesas, mas, como o calote ainda não é tolerado, o Tesouro se endivida para honrar os salários. Engordou a dívida em dez pontos percentuais do PIB apenas em 2015. Neste ano, a dívida crescerá um pouco menos, mas, em dois anos, como herança maldita da gestão Dilma, ela terá subido quase 20 pontos percentuais de PIB. Os rentistas agradecem.

A PEC 55, que cria um teto para os gastos, proibindo a despesa total de subir acima da inflação por 20 anos, foi proposta para estancar essa sangria. É uma medida radical para uma situação que saiu do controle. O Estado brasileiro não tem mais condições de continuar elevando a dívida para fazer frente aos déficits orçamentários. Depois da adoção do teto, começará a boa discussão: diante da escassez de recursos, que gastos deverão ter prioridade no orçamento público?

Leitores escrevem para dizer que as análises desta coluna não consideram os gastos com juros. A questão é que a despesa com juros não é discricionária. O governo não decide quanto vai pagar de juros, como faz, por exemplo, ao escolher os setores e grupos da sociedade que subsidia. O gasto com juros é dado pelo tamanho da dívida pública.

O nível de taxa de juros é outra discussão, mas também não é fixado por Brasília. É um preço da economia e reflete a forma como o Estado se financia. Está também intrinsecamente ligado à estratificação da economia, fato agravado pelas gestões petistas — como 50% do volume de crédito é subsidiado, beneficiando principalmente grandes empresas, que possuem outras fontes de financiamento, o Banco Central cobra da outra metade (consumidores e pequenas e médias empresas) um juro bem mais alto para que o efeito sobre a inflação seja o mesmo.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras. E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

# Chineses investiram US\$ 7,4 bilhões no país em 2015, maior valor desde 2012

Marta Watanabe  
De São Paulo

Os investimentos chineses confirmados no Brasil somaram no ano passado US\$ 7,45 bilhões, valor quatro vezes maior que em 2014 (US\$ 1,73 bilhão), segundo levantamento do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) que será divulgado hoje. Os investimentos confirmados em 2015 foram os maiores em termos anuais desde 2012, quando o valor alcançou US\$ 3,45 bilhões. Em 2008, os investimentos atingiram US\$ 8,03 bilhões.

Para este ano, diz o presidente do Conselho, embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, a tendência é que os investimentos chineses no país mantenham crescimento ou ao menos empate com os valores do ano passado. Essa deve ser também a tendência para os próximos anos. Segundo Castro Neves, eventual política de Pequim para conter saída de capitais não deve afetar os investimentos chineses no Brasil. Para ele, os investimentos do país asiático no país são emi-

nentemente produtivos e estratégicos para o crescimento da China no médio e longo prazos.

Em 2015, foram anunciados US\$ 9,38 bilhões em investimentos chineses, sendo 80% deles confirmados, diz Roberto Fendt, secretário-executivo do conselho. Ele explica que são considerados confirmados projetos que ao menos começaram a sair do papel, mesmo que nem todo o valor anunciado tenha sido realizado.

O setor de energia foi o que mais recebeu investimentos chineses no ano passado, com total de US\$ 6,62 bilhões (ver tabela abaixo). Os investimentos nesse setor são da State Grid e da China Three Gorges, que venceram licitações para a construção ou aquisição de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão.

A China Three Gorges também entrou no setor de energia renovável com a compra de ativos de outras empresas estrangeiras em atuação no Brasil. No caso a chinesa adquiriu ativos da portuguesa EDP. São projetos, diz Castro, de alto montante de investimento, que demandam prazos relativamente

longos de maturação. Esses projetos, diz Fendt, revelam o interesse chinês na infraestrutura brasileira. Para que isso prospere, porém, diz ele, é preciso que as reformas no Brasil tenham continuidade, assim como a definição de marcos regulatórios claros para os programas de concessão em estudo.

No ano passado, o setor financeiro também recebeu recursos do país asiático. O levantamento do CEBC destaca o investimento de US\$ 157,2 milhões do Bank of Communications no BBM. Em investimentos confirmados no ano passado também está a parceria da China Communications Construction Company com o Banco Modal, mas os valores investidos não foram informados.

A recuperação de investimentos em 2015, afirma o embaixador Castro Neves, foi em parte favorecida pela desvalorização do real frente ao dólar, que torna os ativos brasileiros mais baratos. No longo prazo que está sempre no olhar chinês, porém, diz Fendt, o câmbio não faz toda a diferença, embora possa resultar em maior vantagem ao investidor. Ele resalta que os

projetos chineses do biênio 2014-2015 no Brasil mostram uma mudança em relação ao perfil de investimentos anterior.

O levantamento aponta que houve diversificação de setores e novos destinos de investimento em relação ao período anterior (2011 a 2013), quando os chineses exploraram oportunidades na área industrial, em segmentos como máquinas e equipamentos, aparelhos eletrônicos e automotivos voltados principalmente para atender à demanda interna.

Esse período, aponta a pesquisa, propiciou o ingresso da Chery, do setor automotivo, da Sany, de máquinas e equipamentos e a expansão de empresas como Huawei e Lenovo. Os aportes chineses no biênio 2014-2015 foram feitos por conta do ritmo de crescimento da economia doméstica. Além da diversificação de setores, a nova fase, diz o estudo, contempla de forma mais clara a entrada de investimentos chineses pela aquisição de empresas ou estabelecimento de parcerias.

Ver também página A9

### Investimentos chineses

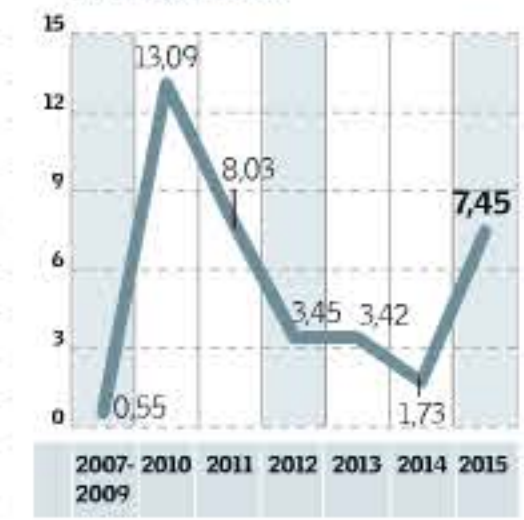
Confirmados em 2015

Empresa de origem	Empresa de destino	Setor	Valor (US\$ milhões)
State Grid	-	energia	2.095,81
China Three Gorges (CTG) Brasil Energia	Triunfo Participações e Investimentos	energia	290,42
Zotye	TAC Motors	automotivo	56,89
China Three Gorges	EDP Renováveis	energia renovável	100,00
Qihoo 360	Psafe	informática	21,00
HNA	Ázul Linhas Aéreas Brasileiras	aviação	450,00
China Three Gorges	Cesp	energia	4.230,54
BYD	-	energia renovável	44,91
Bank of Communications	BBM	financeiro	157,19
China Communications Construction Company (CCCC)	Banco Modal	financeiro	não informado
ChemChina	Pirelli	automotivo	não informado
Xiaomi	-	eletrônicos	não informado

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China

### Investimentos confirmados

Em US\$ bilhões



# Desmatamento da Amazônia cresce 29% em 2016

Daniela Chiaretti  
De São Paulo

O desmatamento da Amazônia atingiu 7.989 km² entre agosto de 2015 e julho de 2016. A estimativa é do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O dado representa aumento de 29% em relação a 2015 no corte raso — a remoção completa da cobertura florestal. Trata-se do maior número dos últimos sete anos e o segundo ano consecutivo em que a

taxa cresce. Em 2015, o desmatamento foi de 6.207 km²: "É um desastre", diz Paulo Adario, estrategista senior de florestas do Greenpeace Internacional. "É reflexo da falta de governança, da crise econômica e política e da enorme especulação de terras."

O campeão do desmate foi o Pará (3.025 km²), seguido por Mato Grosso (1.508 km²) e Rondônia (1.394 km²). No Amazonas, estado da Amazônia Legal com maior variação percentual de um ano ao outro, o desmatamento chegou a 1.099 km², aumento de 54% em relação ao período anterior.

"Essa taxa comprova que a luta contra o desmatamento precisa ser uma batalha nacional, não mais apenas da área ambiental", disse André Guimarães, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), segundo nota do Observatório do Clima. "Precisamos de novos incentivos, de monitoramento mais eficiente e do envolvimento do setor privado. Só comando e controle não bastam mais."

Pelas contas de Tasso Azevedo, coordenador do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Observatório do

Clima (Seeg), o crescimento do desmatamento em 2016 representa algo próximo a um aumento de 130 milhões de toneladas de CO2, equivalente nas emissões brasileiras. Isso equivale às emissões em 2015 do Estado de São Paulo ou a duas vezes a emissão total de Portugal, diz a nota do OC, rede de ONGs que trabalham no Brasil com mudança do clima. "A área desmatada é o dobro da meta que o Brasil fixou para 2020, de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, para 3.925 km. Estamos nos afastando cada vez mais do compromisso", disse Azevedo.

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- 29Horas G6
- 4E A3, C1
- Accenture F12
- Accessorize B7
- Adobe B8
- Aeroportos Brasil G4, G6
- Agricultural Bank of China C10
- Airbus B13, G1
- Airports South Africa G4
- Alelo C5
- Algar B8
- Alibaba B8
- Alphabet B8
- Amadeus B8
- Amav's F8
- Amazon B8
- Amazons Energia B4
- American Express C5
- Anbang A9
- Apple B8, B13, F12
- Arbed B1
- Asia Pulp & Paper B6
- Assisting Hands F6
- Aurora A10
- Aurum F12
- Avianca G2, G5
- Azul G2, G6
- BAE B13
- Bain G3
- Banco do Brasil C5
- Bank of America C5
- Bank of Communications A2
- BBM A2
- Betaworks B10
- BF G1
- BH Airport G5, G6
- BHP Billiton B1
- Bichara G3
- Bittercourt F6
- BM&F Bovespa B16
- BMW, Daimler B13
- BNDES A3, B4
- Bob's F6
- Bombill F12
- Bonchon F6
- Bossa Nova Mall G6
- Boston Consulting B13
- Boticário F9, F12
- Bradesco C5

- BrasilAgro B16
- BRF A12
- British Aerospace A12
- BTC Pactuel C10
- Bug F13
- Caixa A12, B7, C5
- Canon B8
- Capital B6
- Carl's Jr F6
- Carrefour B7
- Casa das Galinhas F4
- CCR G1, G5, G6
- CEA B4
- CEC A11
- Coelima F4
- Celg D4
- Centurylink B8
- Ceron B4
- CFLY G6
- Chang G5
- ChemChina A9
- Cherto F6, F12
- Chery A2
- China Communications Construction A2
- China Three Gorges A2
- Cielo C5
- Cinépolis B11
- Cisco B8, B12
- Coca-Cola F12
- Coldwell F6
- Coletiva G6
- Commerzbank B6
- Computer Associates B8
- Cosan B4
- Cosa Nostra A12
- CPFL B4
- CPTM G4
- Cultura Inglesa B7
- Dairy Queen F6
- Deil B8
- Domino's F6
- Haitong C5
- DuPont B16
- Ebac B12
- Ecoville F12
- Editora Leader F12
- EDP A2
- Eletrobras B4, G3
- Eleva B7

- Eleven C2
- elo C5
- Embraer G1
- Embratel B8
- EMC B8
- Endemol B8
- Enel B4
- Energisa B4
- Enterprisa C5
- Equatorial B4
- Escola Brasileira de Artes Criativas F2
- Eurofarma B11
- Euromonitor F9
- EY G2
- Facebook B10
- Fantasy B7
- Fastsigs F6
- FDC G1
- Febracris F2
- Fiat Chrysler F11
- Fibria B6, C2
- Fitch C1
- Flughafen Zurich G1, G5
- Fox B13
- Fraport G1
- Fuhu B13
- Gama F2
- GAP B13, G1
- GBX G4
- Gera B7
- Gerdau C2
- Giraffas F6
- Globo F2
- Globofran F6
- Globosat B8
- Gol G2, G5
- Google B10, B12, B13, F2, F11
- Gran Petro G2
- GRU Airport G4
- Deil B8
- H&M B13
- Haitong C5
- Handtalk F11
- Hard Rock G5
- Hilton A9
- HNA A9
- Huawei A2
- Hyper Island B12
- Iberdrola B4

- IBM B8
- ICBC A11
- IE B12
- Iese B11
- Iguatemi B7
- IHS Markit B13
- Impacta F12
- Inditex B13
- Infraero A3, G1, G2, G4, G6
- Inframérica G5
- Ingram A9
- Intel B8, F10
- Intersearch B12
- Invapar G4
- Itambé F7
- Itau C5
- Itau BBA G1
- J.P. Morgan C5
- JBS B16
- JGP A3
- JHSF G6
- J. Safra A3
- Johnson&Johnson F12
- Julius Baer B6
- Kantar F12
- Klabn B6
- Kone F6
- Korin F13
- KPMG G3
- L'Occitane B7
- L'Oréal F9
- Lamia A12
- Latam G2, G5, G6
- LCA A3
- Lenovo A2, B13
- Linde B13
- Listed B10
- Log B4
- Logo10 G6
- Magazine Luiza F11
- Magnamed F10
- Marguise/Normatel G5
- Mattos Filho G1
- McDonald's B13, F6
- MCB A3, C1
- Microsoft B8, B13, F12
- Mitsui B1
- Modal A2, C2
- Monsoon B7
- Moreau F1, F3

- MRV B4
- Natura F9, F12
- Neoenegria B4
- NetApp B8
- Nokia B8
- Nomura B13
- Nova Dutra A3
- Odebrecht A6, A11, G4, G5
- OHL G1
- Oi B8
- Old Navy B13
- Oracle B8
- P&G F12
- Panvel F9
- Papa John's F6
- Petrobras A3, A4, C2, G4
- Pilgrim's Pride B16
- Pluri A12
- Polifonia B12
- Portão Doce de Leite F7
- Portugal Telecom B8
- Praxair B13
- Premier F13
- Price Futures B14
- PVM B6
- PwC B8
- Quantitas C2
- Quimica Amparo F12
- R3 F13
- Raizen B4
- Reckitt-Benckiser F12
- Reserva de Minas F7
- RIDgaleão G5
- Robert Half B11, F12
- Sadia F12
- Salesforce B8
- Samarco A11
- Samsung B8
- Sanpower A9
- Santander G1
- Sany A2
- SAP B8
- Scot B16
- Senfio F10
- Sersa F4
- Sercomtel B8
- Servir F2
- Sevilha F1, F3
- Shell B4
- SLC B16
- SMZTO F6

- Softbank B8
- Souvie F9
- Spoletto F6
- Starwood A9
- State Grid A2
- Stato B12
- Subway F6
- Sudcen B16
- Suzano B6, C2
- Syngenta A9
- Tactivos B13
- Talenses B11
- Telebras B8
- Tendências A3, A4
- Tequimar B4
- Terminal de Exportação de Alcool de Santos B4
- Terra Santa B16
- The Melting Pot F6
- THNK B12
- TIM F11
- Tismoo F13
- Toyota B6
- Traktojo F11
- Transbrasiliana A3
- Trigo F6
- Tryp by Wyndham G4
- Twitter B10
- UBS B4
- Ultra B6
- Unidas C5
- Unilever F9, F12
- Uniglo B13
- Universum B11
- Vale B1, C2
- Vinci G1, G6
- Vivo B8
- Volkswagen B13
- Walmart F6
- Wing Zone F6
- World of Beer F6
- World Trade Center B11
- Xinfinity F4
- XP C10
- YouTube F11
- ZAP B4
- ZTE B8